



**ATAS DO IV CONGRESSO INTERNACIONAL**

# **EDUCAÇÃO, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**

**COORDENAÇÃO**

*Mário Oliveira  
Nuno Carvalho  
Olga Santos*

**EDITOR**



**OIKOS**  
Associação de Defesa  
do Ambiente e do Património  
da Região de Leiria

## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

**Atas do IV Congresso Internacional  
Educação, Ambiente e Desenvolvimento**

### COORDENAÇÃO

**Mário Oliveira; Nuno Carvalho; Olga Santos**

### COMISSÃO CIENTÍFICA

**Araceli Serantes Pazos; Ana Paula Prado, Conceição Colaço; Conceição Martins; Edgar Lameiras; Edgar J. González-Gaudiano; Fernando Magalhães; Fernando Cruz; Filipe Duarte Santos; Francisco Teixeira; Germán Vargas; Helena Freitas; Joaquim Ramos Pinto; José Manuel Palma; Juarês Aumond; Judite Vieira; Lucie Sauvé; Luísa Schmidt; Marcos Sorrentino; Maria José Rodrigues; Marília Torales Campos; Mário Freitas; Mário Oliveira; Maurício Balensiefer; Miguel Ángel Arias Ortega; Nuno Carvalho; Ofelia Agoglia; Olga Santos; Pablo Meira; Regina Souza; Rogério Roque Amaro; Sandrina Milhano; Sofia Bergano; Viriato Soromenho-Marques**

### COMISSÃO ORGANIZADORA

**Conceição Colaço, Edgar Lameiras, Jorge Figueiredo, Júlia Rigueira, Manuela Carvalho, Mário Oliveira, Nuno Carvalho, Olga Santos, Raquel Delgado, Sérgio Duarte**

### INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS

**OIKOS – Associação de Defesa do Ambiente  
e do Património da Região de Leiria  
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria**

### EDIÇÃO

**OIKOS – Associação de Defesa do Ambiente  
e do Património da Região de Leiria**

### PARCEIROS INSTITUCIONAIS

**Agência Portuguesa do Ambiente; Direção-Geral de Educação;  
Rede de Cooperação e Aprendizagem do Centro de Competências Entre Mar e Serra**

### MECENATO AMBIENTAL

**SECIL; Águas do Centro Litoral; Fundação Caixa Agrícola de Leiria**

### APOIOS

**Câmara Municipal de Leiria; Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria**

### DESIGN E PAGINAÇÃO

**Rui Lobo**

### ISBN

**978-989-99054-9-8**

### ANO

**2020**

O conteúdo e opção de escrita dos textos publicados são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores, não refletindo necessariamente a posição oficial da Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria relativamente aos temas tratados.

<b>Educação ambiental em áreas protegidas no Estado de São Paulo - Brasil</b>	<b>179</b>
Rosana Louro Ferreira Silva, Nathalia Formenton da Silva, Gabriel de Moura Silva, Patricia Mie Matsuo, Hector Barros, Denise de La Corte Bacci, Natalia Pirani Ghilardi-Lopes, Adriana Neves da Silva, Vanessa Puerta Veruli, Gabriela Aparecida Pereira, Beatriz Vieira Freire	
<b>Estudo comparativo das atitudes sustentáveis de estudantes do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/Brasil e do Politécnico de Leiria/Portugal</b>	<b>193</b>
Ana Paula dos Santos Prado, Mário Acácio Borges de Melo Correia de Oliveira, Regina Maria de Souza, Olga Maria Assunção Pinto dos Santos	
<b>O impacto da pandemia SARS-COV-2 nas percepções de estudantes do ensino superior sobre as alterações climáticas</b>	<b>206</b>
Marisa Correia	
<b>Atividades de educação ambiental desenvolvidas na Guiné-Bissau – percepção das comunidades</b>	<b>220</b>
Patrícia Sinésia de Oliveira, Maria José Rodrigues	
<b>A importância da educação ambiental na perspectiva de estudantes dos cursos de pedagogia, no Brasil, e licenciatura em Educação Básica, em Portugal</b>	<b>234</b>
Regina Maria de Souza, Ana Paula dos Santos Prado, Mário Acácio Borges de Melo Correia de Oliveira, Olga Maria Assunção Pinto dos Santos	
<b>Educação Ambiental: o papel da LPN na formação dos professores</b>	<b>249</b>
Jorge Manuel Almeida Barros Fernandes	
<b>Educação Ambiental: contributos da Educação de Infância</b>	<b>266</b>
Ana Simões	
<b>Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)</b>	<b>281</b>
Laura González Munera, Margarida Ataíde Monteiro, Maria João Correia, Joaquim Ramos Pinto	
<b>Sustentabilidade em edificações: a aplicação do livro de figurinhas “Maravilhas da Bacia do Apa” para académicos do curso tecnológico de Construções de Edifícios</b>	<b>294</b>
Valéria Ramos Baltazar Quevedo, José Flávio Rodrigues Siqueira, Angela Maria Zanon	
<b>Projeto MAPeAR</b>	<b>305</b>
Vasco Neves, Joaquim Ramos Pinto, David Ramos Silva, Ana Cristina Ferreira Neta, Vítor Almeida, Laura González Munera	
<b>Educomunicação em Unidades de Conservação no Brasil: sua contribuição ao processo educativo formal e não formal</b>	<b>322</b>
Edneida Rabêlo Cavalcanti, Solange Fernandes Soares Coutinho	
<b>Cientistas, activistas e comunicação: oportunidades, armadilhas e perigos</b>	<b>336</b>
Sérgio P. J. Rodrigues	
 <b>Desenvolvimento e Sustentabilidade</b>	
<b>A Inevitabilidade de se Falar Sustentável</b>	<b>349</b>
José Bernardo Fonseca	

## Resumo

*O presente texto enquadra-se num trabalho mais amplo realizado no âmbito do mestrado em Educação Ambiental e cuja finalidade era descrever o trabalho da Educação Ambiental, desenvolvido nas comunidades rurais da Guiné-Bissau (GB) por Organizações Não Governamentais (ONG). Foram selecionadas, para o estudo, quatro ONG, três nacionais e uma internacional. Consideramos que na GB é imperativo o desenvolvimento da educação em todos os contextos, principalmente no âmbito não formal e informal, para promover mudanças de comportamento, atitudes e valores em relação à sociedade, ao ambiente e a outros setores. Neste contexto, para este texto definimos como objetivo: conhecer a percepção das comunidades rurais sobre as ações de EA desenvolvidas pelas ONG. Relativamente à natureza da investigação trata-se de um estudo qualitativo, com características descritivas e interpretativas. Para recolha de dados recorreu-se ao inquérito por questionário, aplicado aos membros das comunidades que se disponibilizaram para colaborar no estudo que teve a participação de 112 pessoas. Os resultados evidenciaram que as ONG realizam ações de EA nas comunidades. Estas ações, na opinião da população promovem pequenas mudanças nas comunidades. A cultura local é sempre tida em conta na elaboração e execução de projetos, sendo fundamental reforçar o envolvimento e o comprometimento como forma de proporcionar a participação de todos.*

**Palavras-chave:** *educação ambiental; comunidades rurais da Guiné-Bissau, Organização Não Governamental.*

## Abstract

*The present paper is part of a broader work carried out under the master's degree in Environmental Education (EE), whose aim is to describe the work of Environmental Education developed in rural communities of Guinea-Bissau (GB) by Non-Governmental Organizations (NGO). For the study, four NGO were selected, where three national and one international. We consider that it is imperative to develop education in all contexts in GB, especially in the non-formal and formal context, to promote changes in behaviour, attitudes, and values about society, the environment, and other sectors. In this context, this paper defined as objective: to know the perception of rural communities about the actions of EEs developed by NGO. Regarding the nature of the research, this is a qualitative study with descriptive and interpretative features. Data collection was through the questionnaire survey, applied to the members of the communities that were available to collaborate in the research that had the participation of 112 people. The results showed that NGO carry out EE actions in the communities. These actions promote small changes in these communities according to*

## Atividades de educação ambiental desenvolvidas na Guiné-Bissau – percepção das comunidades

**Patrícia Sinésia de Oliveira**

*jlesp2008@gmail.com*

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança

**Maria José Rodrigues**

*mrodrigues@ipb.pt*

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança

Centro de Educação em Educação Básica

*the population. The local culture was always taken into consideration while preparing and executing the projects, being fundamental to reinforce the engagement and commitment as a way to provide the cooperation of the whole.*

**Keywords:** *environmental education, rural communities of Guinea-Bissau, Non-Governmental Organization.*

### **Contextualização**

Este trabalho tem como principal finalidade descrever a atividade de Educação Ambiental desenvolvido por algumas ONG, nas comunidades rurais da Guiné-Bissau e descrever a percepção da população sobre o seu efeito. Consideramos que a educação desempenha um papel muito importante e é fundamental no seio da sociedade. Proporciona o desenvolvimento de conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos, aquisição de capacidades e, permitindo, desta forma para que as pessoas desenvolvam o espírito crítico, compreensão e formação das suas próprias ideias e opiniões. Estas capacidades e competências poderão dar o seu contributo para a estabilidade ambiental que garantam um futuro sustentável às gerações vindouras.

A importância do estudo e o nosso interesse pela temática, traçamos as seguintes questões de investigação: (i) quais as atividades de educação ambiental desenvolvidas pelas ONG da Guiné-Bissau?; e (ii) qual a percepção das comunidades rurais da Guiné-Bissau sobre as ações de EA desenvolvidas pelas ONG. Baseando-nos nas questões levantadas, elencamos alguns objetivos que pretendemos dar resposta: (i) identificar as atividades da EA desenvolvidas pelas ONG da Guiné-Bissau nas comunidades rurais; (ii) conhecer a percepção das comunidades rurais sobre as ações de EA desenvolvidas.

As ONG que atuam na Guiné-Bissau, principalmente as nacionais carecem de apoio financeiros, sobretudo, do poder político. Apesar dos constrangimentos, obstáculos e limitações, conseguiram atingir objetivos, vingar e conquistar os seus espaços, através de ações concretas e com resultados evidentes. Ganharam a confiança e o respeito da sociedade local, nacional e internacional. Na Guiné-Bissau as ONG acabam por desempenhar o papel de “escola da vida”, mesmo que não ensinem a ler e a escrever possibilitam conhecimento prático, experiência na liderança, dão oportunidades de conhecimento dos problemas sociais e ambientais tentam procurar respostas e soluções para os constrangimentos identificados.

### **Fundamentos das práticas de educação ambiental**

A revolução industrial, cuja génese ocorreu início no século XVIII, na Inglaterra, introduziu novos processos de manufatura que possi-

bilitaram que aumentou a produção e o desenvolvimento tecnológico e proporcionou grandes alterações na sociedade e sua população. Contudo, esta revolução não considerou as questões ambientais. Muitos problemas ambientais que hoje nos deparamos são, sem dúvida, o reflexo de decisões tomadas no passado (Goldemberg & Barbosa, 2004; Machado, 2012). Após o início da Revolução Industrial, aumentou a poluição ambiental, eclodiram diversos problemas e desastres ambientais à escala global. Para tentar dar uma resposta à nova realidade, foram organizados diversos eventos, congressos, conferências, convenções e elaborados diversos tratados internacionais sobre a problemática ambiental. sobre o ambiente. Nesta sequência temporal, a década de 70 (Sec. XIX) ficou marcada como a década de EA, conceito desenvolvido naquele período. Foi, ainda, no início da referida década que se desenquadraram importantes ações e iniciativas que revolucionaram as políticas públicas e as ações desencadeadas atingiram maior expressão social.

Desde o momento em que se constituiu como questão central do movimento ambientalista, a EA reforçou na educação uma proposta de (re)discussão da sociedade, da natureza e da vida nos seus significados mais profundos (Loureiro, 2004). A EA apresenta várias interpretações e definições, dependendo do contexto e da vivência de cada um. De acordo com a UNESCO, a educação ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na procura de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (UNESCO, 1987). O nosso conceito sobre a EA vai ao encontro da opinião Mousinho (2003), porque partilhamos a ideia de que a informação deve ser disponibilizada a todos, sem exceção, de forma e linguagem que permita que a mensagem chegue mais clara e compreensível e que desenvolva o pensamento crítico e a tomada de consciência.

Neste texto, como referido por Carvalho (2004), ressaltamos as diferentes formas da EA: popular, crítica, comunitária, não formal e informal. A educação em todas as suas vertentes é muito relevante para a proteção do ambiente e para o desenvolvimento sustentável e é nesta perspetiva que a Agenda 21, no capítulo 36, ressalta a “promoção do ensino, da conscientização pública e do treinamento”, a importância da educação para o alcance de um modelo de desenvolvimento que tenha em conta as pressões sobre o ambiente, sendo que o ensino, o aumento da consciência pública e a educação são temas transversais em todas as áreas de programas da Agenda 21 (Tristão & Tristão, 2016, p. 48). Podemos considerar que a educação tem três importantes dimensões: (i) educação formal; (ii) educação não formal; e (iii) educação informal. As três, igualmente importantes para o desenvolvimento, a que tem maior aplicação e desenvolvimento é a educação é a formal.; a educação não formal,

tem uma posição entre a educação formal e a informal; estas duas desenvolvem-se e praticam-se de forma “inconsciente”.

Ações de sensibilização devem ser o principal desiderato da EA, por constituir uma forma muito rápida de captar a atenção e despertar o interesse e a motivação das pessoas para a mudança, como referem Giordan e Souchan (1996). A consciencialização, a aquisição de conhecimentos, a mudança de comportamento e atitude, a participação de todos, o desenvolvimento da visão crítica e avaliativa, são os principais, entre outros, focos destas ações.

O mundo é composto por um mosaico de países, e cada um deles apresenta a sua própria cultura, que diferem de outros. Isto significa que aquando da elaboração e implementação das atividades, ações e projetos deve ter-se em consideração as características e especificidades dos países. Igualmente, o educador ambiental deve disponibilizar ferramentas para que o educando possa questionar, avaliar a sua cultura. O futuro hoje é muito incerto, tanto no âmbito cultural como ambiental, o que nos obriga a pensar nas nossas ações e nos momentos certos em que as devemos realizar. Atualmente temos mais opções de escolha, o que nos torna mais livres, porque a diversidade aumenta a nossa possibilidade de liberdade. A pluralidade ética ajuda-nos a entender que há mais possibilidades de escolha. Deste ponto de vista, a diversidade é um valor, no entanto temos de ter normas para a regularizar, e sobretudo capacidade para questionar, refletir e transformar ou atualizar.

### **O papel das ONG da Guiné-Bissau na educação ambiental**

Após a Segunda Guerra Mundial surgiram as primeiras ONG com um objetivo central de apoiar os refugiados e denunciar a pobreza resultante da grande guerra. Nas décadas de 70/80 (Sec. XIX) estes organismos evoluíram e ampliaram o seu campo de atuação, focando-se além das causas humanitárias como no desenvolvimento. Como ressalta Mauri (2013) “passaram dum trabalho humanitário focalizado na ajuda aos refugiados a uma denúncia da pobreza como consequência da ordem económica mundial. Podemos dizer, portanto, que as ONGD (Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento), se tornaram mais políticas” (p. 9).

Na esteira de Barros (2014), com a África descolonizada surgem novos estados que trouxeram novas ideias e lutas, com as ONG a orientar as ações e com um papel de porta-vozes. O surgimento das primeiras ONG na GB, deu-se nos anos 50 e eram, sobretudo, de cariz religioso, situação que perdurou até aos anos 70 (Sec. XIX), porque o poder colonial censurava qualquer tentativa de conscientização da população contra o regime colonial. Eram apenas autorizados os movimentos religiosos, grupos desportivos, “mandjuandadi”, considerados inofensivos ao regime. Após o regime colonial, durante o regime uni-partidário, surgiram as Organizações Sociais

de Massa (OSM), criadas pelo partido único, o Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde para mobilizar e despertar a população para a reconstrução nacional. Estas OSM eram: Juventude Amílcar Cabral; Pioneiros Abel Djassi; União Democrática das Mulheres; União Nacional dos Trabalhadores Guineenses (Barros, 2014).

Apresentar uma definição exata de ONG é um processo complexo pois é um conceito dinâmico, amplo e com um grande leque de seguimentos e opções, como referiu Goff (2005) pela múltipla e rica onda de movimentos que compõem uma ONG. De uma forma simples pode definir-se como conjunto de pessoas privadas que partilham dos mesmos objetivos e metas, sem fins lucrativos. Mesmo que a motivação dos membros seja de ordem pessoal, acaba por se encaixar no coletivo, ideia partilhada por Bernoux (2005), afirmando que na organização existe sempre um encontro entre o individual e o social.

As ONG são indispensáveis para o desenvolvimento da GB, na defesa dos direitos humanos, do ambiente, entre outros, para um desenvolvimento sustentável. No entanto, apresentam grande fragilidade já que dependem mais de 90% do financiamento dos parceiros internacionais; como ressalta Barros (2006) esta dependência “resulta da fraca capacidade económica de autofinanciamento dos seus membros e também da inexistência de mecanismos de financiamento interno” (p. 29). As ONG na GB, focadas no ambiente, têm como preocupação maior questões associadas com a degradação ambiental e procuram formas para ultrapassá-las, para que o desenvolvimento seja mais sustentável. Estas ONG são, sem dúvida, as responsáveis pela capacitação da maior parte da população acerca desta temática, através do planeamento e execução de uma extensa lista de ações de EA não formal e informal e sua implementação inovadora, de forma a motivar as pessoas para serem cidadãos cada vez mais envolvidos e comprometidos com as questões ambientais.

## **Metodologia**

Como já foi referido, este estudo é de natureza qualitativa e descritiva, considerando as questões formuladas e os respetivos objetivos da investigação, que exigem uma descrição e interpretação dos conteúdos recolhidos. Segundo Carmo e Ferreira (1998), a investigação descritiva acarreta primeiramente, estudar o fenómeno, depois compreender todo o contexto e, finalmente, expressa a situação atual do fenómeno em causa. Numa investigação de natureza descritiva, os dados são utilizados para responder às questões do estudo. Para recolha de dados recorreremos à análise documental dos planos e relatórios de atividades das ONG colaboradoras no estudo e ao inquérito por questionário que contou com colaboração voluntária

de 112 pessoas de duas comunidades em que as ONG Palmeirinha e AD (Ação para o Desenvolvimento) desenvolvem as suas ações.

A Palmeirinha foi criada em 1992, pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Numa fase inicial a sua intervenção era estritamente pedagógica, com o financiamento dos parceiros internacionais. Publicavam três vezes por ano livros de banda desenhada que continham informações acerca da conservação do ambiente, de uma forma bastante criativa e com uma linguagem acessível para todo o público. As publicações serviam, também, de apoio aos professores nas escolas, que não dispunham de muitos recursos didáticos sobre o ambiente. Durante vários anos o programa Palmeirinha desenvolveu sessões de formação aos professores e programas radiofónicos. Só em 2004, quando alargou as suas ações é que se sentiu a necessidade deste programa da UICN se transformar numa ONG e assim nasceu a ONG nacional Palmeirinha. Este organismo tem seis membros remunerados e mais de 200 membros voluntários, entre professores, guardas florestais e outros. Os seus parceiros internacionais são: UNICEF, Partenariat Régional pour la Conservation de la Zone Côtière et Marine en Afrique de l'Ouest, Foundation pour la Nature, Programa Alimentar Mundial, UICN; os nacionais são: Ministério da Educação Nacional, Secretaria de Estado de Ambiente, IBAP, Tiniguena, AD, Rádios comunitárias, Rede de professores ambientalistas das áreas protegidas (Palmeirinha, 2020). Atualmente atua em três vertentes: pedagógica, ambiental e social em todo o território da GB.

A AD (extenso) foi criada no dia 09 de Novembro de 1991 e promove o desenvolvimento através de técnicas de capacitação e animação comunitária e incentiva a participação da população rural e urbana em atividades que promovam a cidadania, a conservação dos recursos naturais através da EA, ecoturismo, valorização e resgate da cultura nacional e local e da história. A promoção da transformação dos produtos locais, sensibilização através da rádio e televisão comunitária, formação profissional e comunitária, disponibilização de escolas comunitárias, centros de saúde, água potável, latrinas, centros culturais e bibliotecas, são outras medidas implementadas (AD, 2011).

A AD desenvolve as suas ações em três zonas do território nacional: Região de Tombali (Cubuca-ré e Quitafine), Região de Cacheu (S. Domingos e Bigene) e Sector Autónomo de Bissau (Bairro de Que-lele). Os seus principais domínios de intervenção são o reforço organizacional e desenvolvimento das comunidades, a soberania e segurança alimentar, o ambiente, o desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural integrado. Tem como principais parceiros: UE; UICN; Foundation pour la Nature; FIBA; UNICEF; Programa Alimentar Mundial; PNUD; Associação Internacionalista para a Natureza; Universidade Livre de Milão; IMVF; Fundação Mário Soares; Instituto Politécnico de Leiria; IBAP; Ministério de Agricultura e

Desenvolvimento Rural; Ministério de Educação; INEP; INPA; e outros. Tem como Diretor Executivo o Engenheiro Tomane Camará (AD, 2011).

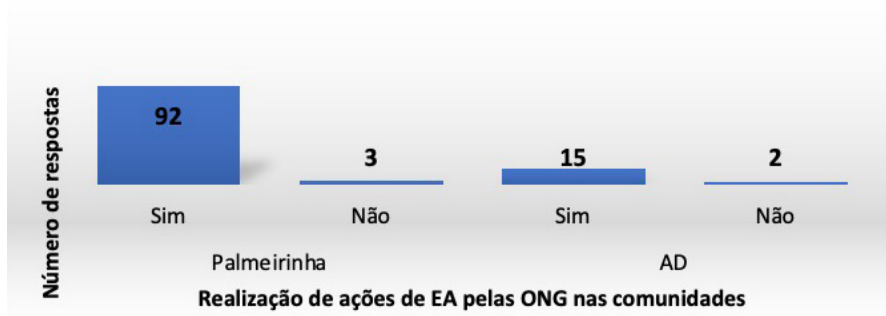
No que respeita à ação com as comunidades, para a ONG Palmeirinha optamos pela cidade de Buba, onde estão localizadas as lagoas de Cufada, uma das áreas protegidas conhecida pela sua grande diversidade biológica. Buba é a capital da região de Quinara, banhada pelo rio grande de Buba, é povoada maioritariamente por Balantas e Beafadas (Nha mininu, 2017). O facto de estas duas etnias serem as predominantes na região, existem outras, nomeadamente as tabancas de Nhala Cruzamento, cuja maioria, 99%, dos habitantes são da etnia Fula. A tabanca de Nhala Centro é habitada por 95% de Fulas e 5% de Balantas. Nestas duas tabancas a base económica é a horticultura, apicultura e extração de óleo de palma. São comunidades muito com cariz machista. As mulheres estão em segundo plano e são muito submissas. Quando ocorreu o nosso primeiro contacto com a comunidade foi necessário falar, primeiro, com os homens e anciões da tabanca, para explicar e esclarecer o motivo da nossa visita à tabanca. Só após a aprovação deles é que pudemos contactar, falar e obter a resposta das mulheres e crianças que estavam sempre de acordo com a opinião que homens manifestavam. Esta questão não é um problema atual e isolado. A sociedade guineense, em geral, é machista, característica social que vem de tempos idos e só se vai modificando e camuflando dentro da sociedade.

Para a ONG AD trabalhamos em São Domingos, uma das cidades da Região de Cacheu, com 1.035 Km<sup>2</sup>, local do mais importante posto de controlo que liga a Guiné-Bissau ao Senegal, cuja influência, deste país, é elevada. Fica situada a norte do rio Cacheu e usufrui de diversos e ricos recursos marítimos graças ao rio, além de recursos marítimos a região/cidade possui, ainda, uma grande e variada quantidade de outros recursos naturais.

### **Apresentação e discussão dos dados**

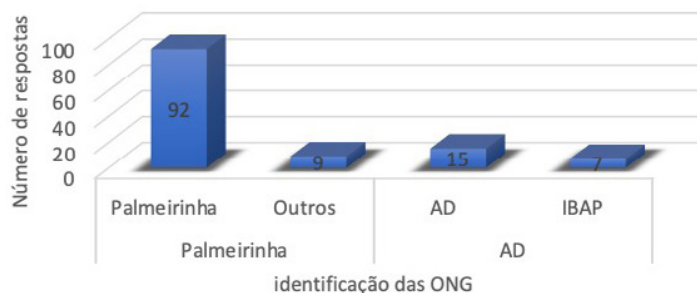
O inquérito por questionário foi respondido por 112 cidadãos das comunidades onde atuam as ONG Palmeirinha e AD. Apresentamos, em seguida, os resultados que consideramos mais relevantes.

Na figura 1, estão presentes os dados referentes à questão cujo objetivo foi conhecer a opinião das comunidades sobre a realização de atividades de EA no seu ambiente.



**Figura 1**  
“Alguma ONG realiza atividades de EA na tua comunidade?”

A leitura da figura permite observar que, segundo os inquiridos, estas duas ONG, a Palmeirinha e a AD, realizam atividades de EA nas comunidades. É evidente, também, que existem inquiridos que não têm conhecimentos das suas ações. A leitura dos dados representados na figura, 92 habitantes (Palmeirinha) e 15 (AD) referem responderam afirmativamente que ONG realizam ações de EA. Os restantes, 3, (Palmeirinha) e 2 (AD) responderam que “não”: Podemos neste ponto classificar como positivo o trabalho desenvolvido pelas ONG. permite inferir que as ONG estão a dar resposta aos seus objetivos e estão a desenvolver ações de EA nas comunidades rurais. Este facto significa que estão, em parte, justificados os financiamentos que as próprias ONG anunciaram. Para dar sustentabilidade a estes resultados apresentamos a figura 2 que patenteiam as respostas relativos à identificação das ONG que desenvolvem atividades de EA em que os respondentes afirmam que existem ONG que realizam estas atividades nas suas comunidades.



**Figura 2**  
ONG identificadas pelas comunidades

A figura 2 demonstra que foram obtidas 133 respostas no total das duas ONG, das quais 101 são referentes às comunidades onde a Palmeirinha intervém. 92 respostas apontam a Palmeirinha como uma destas ONG e as restantes 9 referem outras ONG que também trabalham naquelas comunidades; nas comunidades da AD obtivemos um total de 22 respostas, com 15 pessoas que referem a AD e as restantes 7 apontam o IBAP (extenso). Estes resultados demonstram que na Palmeirinha e AD, as ações abrangem a grande maioria das pessoas das comunidades que entrevistamos. Nestas, existem

outras ONG e institutos que, também, realizam ações de EA, mas pela sua trajetória e percurso nesta temática, a população está mais familiarizada com estas, por serem percussoras nesta área de intervenção.

Na figura 3 estão evidenciadas as respostas referentes à frequência com que as atividades são realizadas.

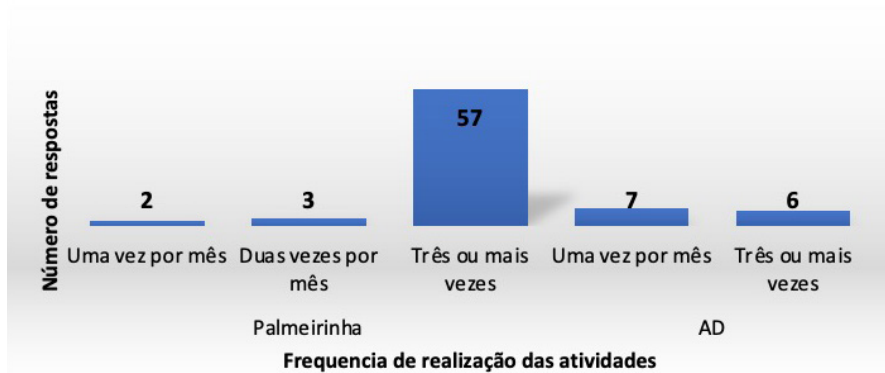


Figura 3  
“Com que frequência as atividades são realizadas?”

Obtivemos 78 respostas no total das duas ONG, 62 da Palmeirinha, que na opção “uma vez” obtivemos apenas 2 respostas e “três ou mais vezes” foi a opção que totalizou maior número de respostas, 57. Para a ONG AD obtivemos 16 respostas. O indicador menos assinalado foi “duas vezes por mês” com 3 respostas, e a mais respondida a opção “uma vez por mês” com 7 respostas. Consideramos relevante o conhecimento do número que as ações são realizadas, independente da temática. Estes dados permitem destacar que a intensidade e brevidade das que ações que são realizadas mais rápida será a transmissão de conhecimentos que proporcionem mudanças de atitudes e comportamentos que permitam a prevenção dos problemas ambientais existentes e desenvolvimento de soluções, precoces, para os já existentes.

Seguindo esta linha de análise, consideramos imperativo saber, por um lado, o número de vezes que a ONG realiza as atividades e, por outro, a quantidade de vezes que as pessoas nas comunidades participam e usufruem e destas atividades. Para dar resposta à anterior questão, foi elaborada a figura 4.

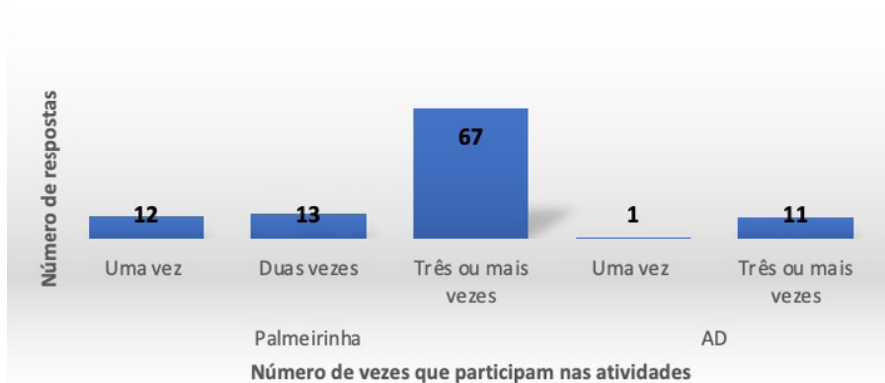


Figura 4  
“Quantas vezes já participaste destas atividades?”

A figura 4 mostra que das 107 respostas, obtidas, 89 pertencem às comunidades da Palmeirinha, em que a opção menos respondida “uma vez”. Com 12 respostas, a que totalizou valor mais elevado, foi “três ou mais vezes” com 67 respostas. As restantes 15 respostas foram das comunidades da AD, cuja opção com menor valor de respostas “uma vez”, apenas uma resposta. A que obteve maior número de respondentes foi “três ou mais” com 11 respostas. Pelo que está apresentado no anterior gráfico, podemos inferir que apesar de existir um pequeno número de pessoas que não participam com muita frequência como seria desejado, a maioria participa o maior número de vezes, o que justifica a resposta positiva sobre a questão e sobre as alterações resultantes das atividades desenvolvidas.

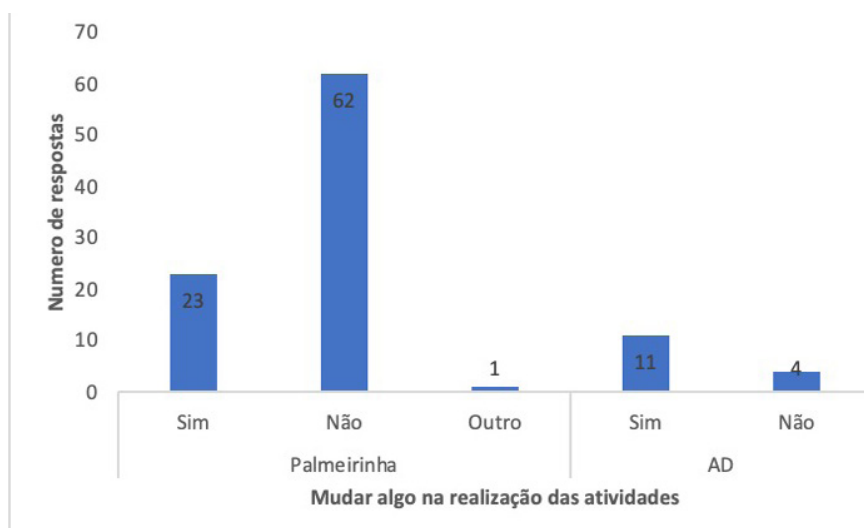
Salientamos que as figuras 3 e 4, são complementares relativamente à informação que apresentam. A 3 destaca a frequência da realização das atividades nestas comunidades e a 4 permitem observar a frequência que as pessoas da comunidade participaram nestas atividades. participarem menos que isso ou em todas (não entendo isto). É importante perceber se as pessoas participam por livre vontade ou se são aliciadas, através de dinheiro, 3 para assistirem à realização das atividades. Sobre Esta questão está perfeitamente respondida e esclarecida. Obtiveram-se os seguintes resultados: num total de 107 respostas, tanto para a ONG Palmeirinha como para a AD todos os inquiridos responderam que participavam voluntariamente nas ações. Estes, demonstram que as pessoas estão disponíveis e com vontade para aprender para mudar os seus comportamentos, pois A GB um país considerado pelo Banco Mundial um dos mais pobres do mundo, onde nestas comunidades a maior fonte de renda é a agricultura e a comercialização dos produtos agrícolas, as pessoas para poderem participar nestas atividades, têm de dispensar muitas horas de trabalho para estarem presentes.

No que concerne ao facto destas atividades terem alterado a forma de pensar e agir sobre o ambiente, das 104 de respostas obtidas todas são positivas (87 respostas para Palmeirinha e 15 para a AD), as opções “não” e “talvez” não o obtiveram nenhuma resposta. Este contexto permite constatar e efetuar mais uma conclusão que as ONG estão a desenvolver um trabalho construtivo e positivo, no seio destas comunidades, porque se através das suas ações aquelas já observam e verificam as alterações e diferenças no seu comportamento e relação com o ambiente e a sua conservação. Podemos, assim, classificar de positivo as ações das ONG. A mudança não é algo que acontece imediatamente, exige tempo, paciência e resiliência.

No que respeita à língua em que estas atividades são realizadas, os dados evidenciaram que das 119 respostas obtidas, para a ONG Palmeirinha o português e a étnica tiveram 4 respostas e o crioulo totalizou 90. Na organização AD a opção que teve menos respostas foi a “étnica” com 2 e o crioulo foi a que teve mais respostas, com 14. Consideramos que esta é a melhor solução para a realização de

atividades nas zonas rurais em que o nível de literacia é muito baixo ou quase nulo. Formulamos, também a opinião de que é mais conveniente é recorrer à língua ou linguagem que a maioria das pessoas conhece, dominam e entendem, de forma que a informação alcance o maior número de pessoas possível.

Os dados permitiram-nos, ainda, verificar que as comunidades fazem uma avaliação positiva do trabalho desenvolvido. A maioria confirmou que as ações têm evidenciado resultados positivos para a sua vida quotidiana na comunidade. No que concerne aos aspetos que as comunidades consideram importantes as ONG alterar os comportamento e atitudes (será isto que queres transmitir?) na realização das atividades, apresentamos os dados na figura 5.



**Figura 5**  
 “Na sua opinião a ONG deve mudar algo na realização das atividades?”

Nas comunidades da ONG Palmeirinha o “não” teve 62 respostas enquanto o “sim” obteve 23 respostas e a opção “outro” teve uma resposta. Nas comunidades da AD, os resultados foram em sentido contrário, onde a opção “sim” obteve 11 respostas e o “não” apenas 4 respostas. À medida que o tempo prossegue, reformulam-se e alteram-se as necessidades. A génese de novos fenómenos no ambiente, tem uma importância vital nas ações de forma que sejam positivas. É, assim, imperativo aperfeiçoar a cada dia para entregar o melhor. Estas ações das ONG nas comunidades devem acompanhar a evolução e adaptar-se conforme vão aparecendo novos fenómenos. Também, as ONG devem trabalhar mais para a emancipação, autonomia e empoderamento destas comunidades, para que possam sozinhos fazer face aos fenómenos e acontecimentos diários.

Por último, e na questão sobre o impacto das atividades na comunidade, das 112 respostas obtidas salientamos que: “estas ações mudaram de forma positiva o quotidiano das comunidades e paulatinamente se veem os resultados; adquiriram conhecimentos razoáveis sobre muitas questões e principalmente no âmbito da preservação do ambiente; com as formações sobre novas técnicas de agricultura e apicultura modernizadas e sem muita pressão para a natureza; a transformação e valorização dos produtos locais, depa-

ra-se com uma considerável diminuição do desperdício dos produtos e gera uma renda extra para as famílias”.

### **Considerações finais**

Podemos concluir que as duas ONG desenvolvem, em grande parte da sua atividade, as mesmas ações e com os mesmos objetivos, recorrendo a estratégias de ação muito semelhantes. As ações em que mais investem e que mais desenvolvem são, entre outras: sensibilização através de rádios e televisões comunitárias, principal instrumento de todas as ONG. Estes meios de comunicação constituem uma via mais rápida e prática de transmitir as informações e fazê-las chegar a um maior número de pessoas, como referem Giordan e Souchan (1996). A promoção e transformação dos produtos locais, atividades que promovem o desenvolvimento da comunidade e a capacitação e promoção da horticultura para as mulheres, o melhoramento das técnicas de apicultura, realização de festivais, sessões e atividades que resgatam e promovem o património histórico e cultural do país. Construção de fogões melhorados nas escolas, repovoamento de tarrafas (o que é isto?), são algumas das ações realizadas com maior frequência.

De destacar que as populações das comunidades participam voluntariamente nestas ações, tal como foi apresentado e demonstrado nos resultados do ponto anterior. Nas comunidades, das 112 pessoas inquiridas, a maioria avalia como positivo as ações de EA desenvolvidas, considerando que hoje dispõem de um entendimento razoável sobre as questões ambientais, a proteção do ambiente e que devem exercer menos pressão sobre ele. Salientam a importância do uso dos fogões melhorados não só nas escolas, mas que também devem introduzir esta prática nas suas casas para poupar o consumo de lenha na cozinha e diminuir o esforço na concessão dos alimentos. Ainda destacam que após a realização das ações em que destacam uma considerável melhoria na vida social e económica da comunidade, porque através das novas técnicas de apicultura implementadas e os trabalhos efetuados com as mulheres tanto na horticultura, produção de sal e a transformação de produtos locais e com as vendas a economia comunitária apresenta maior estabilidade. Em grande número de respostas assinalaram o dinheiro auferido permite aplicar na formação escolar dos filhos e adquirir produtos básicos necessários.

Ficou, também, evidente que as ONG estão comprometidas com os seus objetivos e apesar dos obstáculos que surgem, fazem um esforço para servir as comunidades. Embora as pessoas subtraírem horas na sua atividade de trabalho diário, para participar nas ações reafirma e confirma a certeza de que estas ações estão a ter efeitos positivos, principalmente na transformação social e económica das comunidades rurais. Antes das ONG começarem a desenvolver as

suas ações, a agricultura, a apicultura e a extração de sal, eram tarefas efetuadas sem conhecimentos e técnicas adequadas, que desencadeavam riscos vários na apicultura cuja bem-estar das abelhas e a sua sobrevivência 2 aspetos de preocupação e cuidados. As técnicas utilizadas eram deficientes, a atividade da apicultura era muito cansativa; a extração do sal não era iodado e o retorno económico era muito reduzido. A intervenção das ONG permitiu a introdução de novas e modernizadas técnicas e que promovem a conservação do ambiente, exercendo menos pressão no mesmo. Atualmente existem cooperativas de mulheres que extraem sal iodado e o comercializam gerando fundos para a comunidade. O número de vezes que estas atividades são realizadas é muito importante, porque quanto mais tempo for disponibilizado, mais diversificadas serão as atividades e maior a probabilidade de interiorização das informações. Como sublinhado, as ações da EA devem ser realizadas em línguas e linguagens contextualizadas de forma que sejam explícitas e compreensíveis por todos. A ideia das ONG de realizar as atividades em crioulo ou em línguas étnicas configura uma forma de disponibilizar informações num país onde a maioria da população é analfabeta e a língua comum de comunicação é o crioulo e onde há pessoas que nem crioulo sabem falar. Por mais que estas ações sejam positivas, é bom ressaltar que nada é perfeito e tudo muda e altera diariamente. As ações que as ONG realizam devem adaptar às novas realidades e necessidades das comunidades. De salientar que a constituição e organização social destas comunidades, na maioria dos casos, é o maior obstáculo para a realização e desenvolvimento das ações das ONG. Como já referido neste estudo, cada comunidade é uma coletividade que possui as suas crenças, costumes e tradições e ideias sobre os mais variados assuntos. Por isto, os primeiros contatos são sempre muito sensíveis e difíceis e é necessário entender, adaptar e familiarizar-se com a realidade local para assim se estabelecer a confiança e relacionamento mútuos.

Com o desenvolvimento das ações das ONG nestas comunidades ocorreram mudanças de comportamentos e atitudes que já se observam atualmente. O facto de as pessoas participarem espontaneamente das atividades realizadas, demonstra que a intervenção das ONG desencadeou a vontade da população local de procurarem conhecer e entender mais sobre os vários assuntos trabalhados. Em conclusão final, este trabalho serviu para demonstrar que é imprescindível continuar a promover alterações, mesmo que este estudo mude a opinião apenas de uma pessoa, consideramos que foi positivo, e temos a opinião que não fazer nada para proporcionar a mudança nunca é a solução para os problemas e dificuldades das comunidades da GB.

## Referências bibliográficas

- AD. (2011). Estatutos. Guiné-Bissau: AD. Disponível em: <http://www.adbissau.org/institucional/estatutos>
- Barros, M. (2014). A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas. Guiné-Bissau: U.E.-PAANE.
- Barros, M., Sangreman, C., Sousa JR., F., & Zeverino, G. (2006). A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil. Lisboa: Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- Bernoux, P. (2005). A sociologia das organizações. Porto: Rés-Editora.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). Metodologia da investigação: guia para a autoaprendizagem. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, M. E. P. (2004). Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola. *Revista Brasileira de Educação*, 25, 15.
- Giordan, A., & Souchon, C. (1996). Uma Educação para o Ambiente. Lisboa IIE e IPAMB.
- Goff, A. L. (2005). Os arquivos das ONG – Uma memória a partilhar. Guia prática em 60 perguntas. Paris: ICA.
- Goldemberg, J.; Barbosa, L. M. (2004). A legislação ambiental no Brasil e em São Paulo. *Revista Eco*, 21, 96
- Loureiro, C. F. B. (2004). Educação Ambiental Transformadora. In: Layrargues, P. P. (Coord.) *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Machado, A. Q. (2012). Licenciamento Ambiental: atuação preventiva do Estado à luz da Constituição da República Federativa do Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Mauri, G. (2013). Organizações Não Governamentais para o desenvolvimento. Análise do trabalho de algumas ONGD em Moçambique. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mousinho, P. (2003). Meio ambiente no século 21. In Trigueiro, A. (Coord.). *Glossário*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Nha mininu, (2017). Região de Cacheu-Varela e Canchungo. Disponível em: <https://acaravana.pt/nhamininu/home/pt/recolha/>
- Palmeirinha, (2020). Quem somos. Disponível em: <https://palmeirinha.org/quem-somos/>
- Tristão, V. T. V. & Tristão, J. A. (2016). A contribuição das ONG para a Educação Ambiental: uma avaliação da percepção dos stakeholders. *Ambiente & Sociedade*, 19 (3), 47-66.
- UNESCO. (1987). *Convention Concernant du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Rapport du Comité du Patrimoine Mondial onzième session*. Paris: UNESCO. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/1987/sc-87-conf005-9f.pdf>